

# OS LIMITES DA DESCONSTRUÇÃO E O PAPEL DA TEORIA NO CONHECIMENTO HISTÓRICO

*THE LIMITS OF DECONSTRUCTION AND THE ROLE OF THEORY ON HISTORIC KNOWLEDGE*

Nauber Gavski da Silva\*  
[naubergs@yahoo.com.br](mailto:naubergs@yahoo.com.br)

**RESUMO:** A intenção deste artigo é demonstrar alguns limites que a proposta da desconstrução do conhecimento histórico possui, consolidada no texto de Alun Munslow (*Desconstruindo a história*, de 2009), enquanto se baseia na premissa de que o historiador sempre se impõe sobre seu objeto de estudo, supostamente prejudicando qualquer pretensão de explicação objetiva da realidade. Como solução para esse problema identificado pela tese do “imposicionalismo”, serão apresentadas considerações relativas ao papel de mediação que a teoria oferece aos historiadores, na medida em que ela serve de “filtro” em nossa atuação diante das evidências do passado. Procura-se refletir sobre como produzir conhecimento histórico mediado pela teoria, especialmente a partir de categorias caras ao materialismo histórico como a de “totalidade”.

**PALAVRAS-CHAVE:** desconstrução, teoria, totalidade.

**ABSTRACT:** The propose here is to explain the limits inherent to historic deconstruction approach, consolidated in Alun Munslow’s text (*Deconstructing history*, 1997), since it is based on the idea that historians always impose themselves over their object, blocking any intend to explain reality objectively. Against this, I argue on behalf of the mediation role played by the theory, as a “filter” against our presence dealing with past evidences. Thus, the intention is to reflect how theory of history can help us in this sense, especially trough the use of categories from historic materialism such as “totality”.

**KEYWORDS:** deconstruction, theory, totality.

Alun Munslow, ao sistematizar alguns dos embates mais recorrentes entre os historiadores nas últimas décadas, chegou à constatação de que a questão central que todos enfrentamos diz respeito à *como conectamos o conteúdo do ocorrido no passado com a forma que damos ao produto disso enquanto história*. Percorrendo argumentos especialmente dos grupos que ele identifica como reconstrucionistas/construcionistas e desconstrucionistas<sup>22</sup>, Munslow constata que estão em discussão, além de outros, os temas da soberania da evidência e o grau de importância da narrativa produzida pelo

---

\* Doutorando em História UFRGS. Bolsista CNPq. Enviado em: 05/07/2012. Aceito em: 31/08/2012.

<sup>22</sup> Os primeiros pensam que podem reconstruir/construir o passado com habilidade comprometida com a evidência, enquanto os últimos pensam especialmente sobre o papel da narrativa histórica, onde a evidência aparece como estética ou estrutura do discurso (MUNSLOW, 2009).

historiador. Em síntese, o que se debate é a qualidade do que ele chama de impositivismo do historiador diante do passado.

Se Munslow foi perspicaz ao unir as questões relativas a um debate demasiado confuso (ao menos para jovens historiadores), por outro lado é possível perceber em seu texto a ausência de ponderações de maior fôlego sobre o papel da teoria no trabalho do historiador, especialmente quanto à sua função como mediadora da sua subjetividade (ou “impositivismo”) diante das evidências do passado. Seja qual for o motivo dessa lacuna, a sensação é de que estamos a andar na corda bamba: não possuímos segurança para falar sobre o conhecimento do real a partir de critérios mínimos que nos garantam alguma objetividade.

De imediato, tal sensação de insegurança nos leva a ponderações sobre a qualidade do conhecimento que produzimos. Seria ele melhor do que outros tipos de saber, no sentido de explicar com maior propriedade a realidade? A teoria possui algum papel relevante em nosso saber? Qual a importância do modo de proceder dos historiadores diante das evidências e como tal procedimento pode nos assegurar alguma competência para chegar a verdades, mesmo que provisórias?

Partindo dessas indagações, a seguir pretendo levantar e amarrar algumas questões sobre a camisa de força que a tese do “impositivismo” parece nos impor. Em seguida, tratarei da saída necessária através da mediação que a teoria oferece ao historiador contra aquele pressuposto efeito de nosso proceder com as evidências do passado. Finalmente, concluirei o texto refletindo sobre como produzir conhecimento histórico mediado pela teoria, especialmente a partir de categorias caras ao materialismo histórico como a de “totalidade”.

\*\*\*

Para os autores que servem de referência para a chamada “história desconstrucionista” (Ankersmit, Kellner, Rüsen, Jenkins, White, Barthes e Foucault, entre outros), a qual Munslow parece respaldar, a *narrativa em si* possui um lugar central na feitura da história, não sendo mero veículo de condução ao passado como ele realmente aconteceu. Portanto, a questão central para os historiadores seria, segundo Alun Munslow, a seguinte: como eles conectam o conteúdo do que aconteceu no passado com a forma que dão a isso enquanto história? (MUNSLOW, 2009, p. 100).

Antes de ensaiar uma resposta a essa difícil questão, temos que entender quais os argumentos levantados contra a forma de fazer história desde Ranke, que partia da presunção de que a nós era possível (e até desejável) mostrar o passado “tal como ele realmente ocorreu”. Segundo Jurandir Malerba, os fundamentos da prática histórica questionados são: a busca da verdade e portanto da objetividade, os métodos, a relação de causalidade entre sujeitos, acontecimentos, estruturas e processos, entre outros. Grosso modo, a “virada linguística” desde a década de 1960 tentou dilapidar “os modos de pensar herdeiros do pensamento racionalista forjados desde o Iluminismo” (MALERBA, 2006, p. 3.), que se constituiu contra o pensamento cristão que identificava parte das ações/movimentos históricos como fruto da providência divina.

Como sabemos, o texto de Munslow possui a virtude de sintetizar as diversas posturas defendidas pelos autores acima citados, que se tornaram referência para os historiadores que praticam a chamada “história desconstrucionista”. Embora a seguir eu apresente os argumentos de alguns dos autores que serviram de base para essa postura historiográfica, faço-o de forma resumida. Minha intenção não é proceder a uma retomada exhaustiva de seus posicionamentos (já feita por Munslow), mas somente demonstrar suas conclusões sobre o caráter do conhecimento produzido pelos historiadores. Partindo desse ponto, será possível apresentar um quadro geral do problema central que os historiadores enfrentam, segundo Munslow. Vejamos.

Para Foucault, a presunção de objetividade dos historiadores é falaciosa. Toda a criação histórica é vista como um imposicionalismo narrativo (MUNSLOW, 2009, p. 83). Roland Barthes também critica os historiadores por estabelecerem uma correspondência entre evidência, designação dos fatos e o efeito de realidade da história presumivelmente objetiva. Na verdade, sugere que a história escrita é apenas outra narrativa, sem *status* diferenciado *a priori* da ficção, apesar do uso do *tropo* do real. É uma questão de linguística. Portanto, para Barthes, a história é no máximo uma “manipulação performativa e [...] ideológica” (MUNSLOW, 2009, p. 86). A “evidência” utilizada pelos historiadores como prova da objetividade do seu conhecimento não se refere, para Barthes, a um conhecimento preciso do passado, mas representa meramente correntes de interpretações. Já para Hayden White, o problema com a evidência seria a dimensão ideológica inevitável da sua interpretação realizada pelos historiadores.

Resumindo tais assertivas, Munslow apresenta a conclusão de que a evidência não nos remete ao real do passado porque nosso acesso a ele ocorre através de muitos fatores mediadores: ausência física, silêncios, natureza artificial do arquivo, colapso do significante-significado, tendências do historiador, e finalmente, a natureza artificial e imposta da estrutura do argumento narrativo do historiador (MUNSLOW, 2009, p. 96). Segundo tal proposta, a narrativa histórica pode até explicar o passado, mas não garante a veracidade das suas explicações. Assim, Munslow chega a duas conclusões: 1) toda narrativa tem o suporte de uma filosofia ou ideologia com raízes tão profundas que nos são impossíveis de eliminar e; 2) por narrativas relacionarem histórias sobre eventos reais do passado com a evidência, a história desconstrucionista não é narrativa ficcional.

Não me deterei na segunda conclusão pelo fato de que este é um problema (eu considero um problema, não Munslow) que nem os historiadores desconstrucionistas conseguiram resolver. Não serei eu a tentar encontrar uma alternativa para um beco sem saída epistemológico criado por eles mesmos. Em uma palavra, podemos dizer que o posicionamento de Munslow é demasiado contraditório. Parte da presunção desconstrucionista de que o conhecimento científico da história não pode ser objetivo, mas apenas se constitui em mais uma forma de narrativa. Por outro lado, em certa altura de seu texto, Munslow concluiu que, afinal, o “relativismo se mantém limitado pela natureza da evidência”. Ele chegou a tal conclusão acompanhando o imbróglio no qual Hayden White se encontrou no debate sobre o Holocausto durante os anos 1990. Na mesma linha, a seguir afirma que os historiadores ainda mantêm um “acordo básico” que é “não inventar o que ocorreu”. Ora, tal postura não explica que medidas devemos utilizar contra qualquer tentativa de falsificação (como a realizada pelos revisionistas do Holocausto), bem como o papel que a teria cumpre nesta empreitada (MUNSLOW, 2009, p. 103-4 e 110). Em todo caso, a primeira conclusão será um bom ponto de partida para nossos argumentos contestadores dessa impressão sobre o mecanismo do conhecimento.

Em primeiro lugar, quero chamar a atenção para o uso que Munslow faz do conceito de ideologia. Ao que parece, sua concepção parece considerar ideologia como sinônimo de um conjunto de ideias, ou uma filosofia. Desse modo, a imposição das ideias do historiador sobre as evidências destruiria qualquer traço de objetividade de conhecimento. Ora, ideologia, ao menos para a tradição do materialismo histórico, não se resume a tal vaga definição.

Tratando das contradições sociais, Marx, antes de escrever *O Capital*, asseverava que os homens eram incapazes de resolvê-las em razão de seu modo material de atividade, e tendiam a projetar tais contradições nas formas ideológicas de consciência. Eram soluções puramente espirituais/discursivas que ocultavam ou disfarçavam a existência e o caráter dessas contradições. Evidentemente, esse ocultamento servia aos interesses da classe dominante. Já a partir da redação dos *Grundrisse* e finalmente n’*O Capital*, a análise das relações sociais capitalistas o leva à conclusão de que a conexão entre a “consciência invertida” e a “realidade invertida” era mediada pelo nível das aparências, que é também constitutivo do real. Portanto, a “ideologia” ocultava o caráter contraditório do padrão essencial da sociedade capitalista (o mercado era fonte da ideologia burguesa – da liberdade e igualdade – ocultando o que ocorria de forma essencial sob a forma superficial da troca de mercadorias) (BOTTOMORE, Tom, 1988, p. 183-187).

Após a morte de Marx, outros intelectuais continuaram a utilizar o conceito de ideologia, embora com leves diferenças. Sem conhecer *A ideologia alemã* de Marx (onde aparece o conceito como distorção da realidade) (GORENDER, Jacob In: MARX, K. & ENGELS, F.,1998), Lênin e Lukács utilizaram o conceito como ideias políticas relacionadas ao interesse de uma classe social. Portanto, em alguma medida, diversa da concepção marxista original de uma visão de classe que distorcia a realidade, camuflando os aspectos essenciais das contradições sociais. Por sua vez, Gramsci trabalhou com o conceito equivalendo à totalidade das formas de consciência social (mais próximo do que se convencionou chamar de “superestrutura” em algumas versões do marxismo) (BOTTOMORE, Tom, 1988, p. 183-187).

Desse modo, me parece que Munslow, ao utilizar o termo “ideologia”, se alimenta nessa aparente indefinição do conceito. Ele opta, portanto, por utilizá-lo em sua forma mais superficial, ou seja, como sinônimo de ideias de um grupo social. Vai portanto na contramão do posterior desenvolvimento do conceito na tradição marxista pós Lukács. Por exemplo, o uso de Edmilson Carvalho faz do termo, após estudo de Marx, Lênin, Lukács e Kosik, é idêntico à formulação original marxiana de uma concepção de mundo que promove a distorção da realidade, cindindo o essencial do aparente, e ocultando a realidade a partir de interesses de classe (CARVALHO, 2008. p. 103). Em todo caso, aqui a possibilidade de efetiva apreensão da realidade, através das mediações adequadas, não é jogada fora com a crítica da presença da subjetividade do conhecedor.

Com esta breve incursão sobre a (im)precisão no uso do conceito de ideologia por Munslow, pretendo chamar a atenção do leitor para a tese daí derivada. Não é por acaso que Munslow deixa de realizar o percurso necessário para explicar como usa aquele complexo conceito. Na verdade, o termo “ideologia” aparece como mero suporte para o que ele chama de “imposicionalismo narrativo” do historiador diante do seu material de trabalho (o passado). É uma referência direta à presença da subjetividade do historiador na produção do conhecimento. E é uma forma de compactuar com a postura relativista adotada pela historiografia desconstrucionista, que não autoriza o reconhecimento de nenhuma forma hierarquia na produção do conhecimento histórico; não há forma de aproximação de uma verdade pois *ela* não existiria<sup>23</sup>. Se Munslow usasse o conceito de ideologia nos termos do materialismo histórico, deveria/poderia reconhecer a cisão realizada por ela entre o “padrão essencial” e o aparente na explicação da realidade, mas sua concepção de conhecimento desconstrucionista aborta tal possibilidade.

Ora, a tese de imposicionalismo do historiador diante das evidências do passado se constitui, ao que me parece, em uma nova camisa de força, substituta da antiga tese de objetividade baseada na autoridade incontestada do conhecimento científico. Se os argumentos em favor da supremacia da objetividade contra a interferência do sujeito na produção do conhecimento foram abalados pela virada linguística desde os anos 1960, por sua vez, a tese do imposicionalismo do historiador diante do seu objeto se constitui no outro lado da mesma moeda. Ao creditar à subjetividade do historiador (às suas narrativas e seus enquadramentos) o maior peso na determinação do conhecimento sobre o passado, se está caindo no outro extremo que termina por obliterar qualquer forma de pensamento que possa realizar o papel de *mediador* entre a subjetividade do conhecedor e a objetividade do mundo real.

Essas minhas impressões derivadas da leitura do texto de Munslow são alimentadas por dois fatos complementares: o primeiro, é que a argumentação desconstrucionista levantada em seu livro parece ir de encontro especialmente à prática histórica empirista, consolidada em alguns círculos de língua inglesa, que pretendem garantir a objetividade do conhecimento histórico grosso modo a partir de metodologias consideradas adequadas; o segundo, é que seu livro dedica reduzido espaço (para não dizer nulo) à importância da *teoria* para a produção do conhecimento. Não é fortuita a

---

<sup>23</sup> Ver sua proposta da “consciência desconstrucionista” para a história em MUNSLOW, *Op. Cit.*, p. 93-96.

rejeição do papel da teoria pelos empiristas questionados pela agenda desconstrucionista, muito menos a preferência do ataque desses sobre aqueles. A saída encontrada por Munslow para não considerar importante o grupo de historiadores preocupados com a importância da teoria (os “construcionistas”) é simples: eles se baseiam no modelo empirista de indução (MUNSLOW, 2009, p. 91). Parece que tal dedução autoriza Munslow a dedicar poucas páginas à postura dos marxistas diante do conhecimento (MUNSLOW, 2009, p. 121-122). Como sabemos, há um abismo (sem muita importância para Munslow) entre historiadores empiristas e aqueles que usam a teoria em diálogo com as evidências.

Pois é exatamente essa postura que gostaria de apresentar nos próximos parágrafos para tentar solucionar o problema identificado por Munslow e enunciado no início deste texto, qual seja: como conectamos o conteúdo do que aconteceu no passado com a forma que damos a isso enquanto história? Acredito que desde o “ângulo do marxismo” podemos partir para refazer a ponte necessária entre a subjetividade do conhecedor e a objetividade do mundo real. Tentarei demonstrar que do ponto de vista gnosiológico nem todos os “discursos” se equivalem, já que há alguns que são melhores que outros para explicar processos históricos, e que a teoria tem um papel fundamental nesta empreitada (COUTINHO, 1987, p. 39-42). Para isso, inicio com a apresentação dos argumentos que diferenciam a vida cotidiana da ciência, e a relevância dessas diferenças para gnosiologia.

\*\*\*

Segundo Agnes Heller, a característica dominante da vida cotidiana é a espontaneidade. Esta é uma tendência socialmente recorrente praticada pelas pessoas ao assumir leis consuetudinárias, exigências sociais, modismos e outras práticas necessárias para a realização de atividades básicas da vida. Assim, decorrem desta característica central outras também fundamentais para o propósito da nossa reflexão. Por exemplo, na vida cotidiana as pessoas atuam na base da probabilidade e da possibilidade, não sendo possível calcular com segurança (científica) as consequências possíveis de uma ação. Além disso, a vida cotidiana é economicista: as ações e pensamentos atuam em função da continuidade da cotidianidade. Ainda, a fé/confiança, outros pilares da vida cotidiana em função do pragmatismo exigido para sua reprodução, não combinam com a atividade científica (HELLER, 2008, p. 47-51).

Falando em conhecimento, sem dúvida um grande diferenciador da vida cotidiana em relação à ciência é a ultrageneralização, que se choca contra a necessidade de definição precisa dos conceitos teóricos, muito utilizados pela última. A base dessa forma de reflexão da vida cotidiana são os juízos provisórios, geralmente balizados pela prática (juízos provisórios baseados na fé ou na confiança são preconceitos). Isso não significa que as ultrageneralizações são fontes de juízos errados sobre o mundo real. Mesmo eles possuem uma eficácia a ser comprovada (sendo corretas, quando levam ao êxito, ou falsas, quando levam ao fracasso). Mas tal eficácia está inscrita sempre na vida cotidiana, e devemos entender que as ultrageneralizações são também usadas para nos integrarmos socialmente, sendo portanto raiz do conformismo moral e político (HELLER, 2008. p. 66-7). Como complemento, a analogia cumpre papel de destaque nessa forma de conhecimento, já que a descoberta de algo novo sempre está baseada na experiência de conhecer previamente outro algo semelhante (HELLER, 2008. p. 53-4).

Em suma, a vida cotidiana é demasiado heterogênea. A ciência (e a arte), para romper com a cotidianidade, precisam solicitar ao indivíduo conhecedor uma capacidade com intensidade especial, uma homogeneização. É a dedicação especial do homem a algo a conhecer. Nesse processo, a individualidade da pessoa deve se dissipar na “atividade humano-genérica”, já que a vida cotidiana só nos possibilita o foco pontual sem resultar em reflexões posteriores mais avançadas. Somente durante as fases produtivas desse indivíduo solicitado a conhecer é que seu cotidiano e sua particularidade são suspensos. Somente dessa forma ele pode ser “arrastado pela força da objetividade” (HELLER, 2008. p. 46).

Portanto, chegamos ao ponto de deixar claro o seguinte: a atividade científica não se equivale a outras formas de conhecimento, como a prática baseada na experiência da vida cotidiana. Dessa forma, cabe agora explicar como podemos, na atividade gnosiológica do conhecimento científico, utilizar fatores mediadores na nossa subjetividade para sermos arrastados para a objetividade.

Para tal, vamos pensar refletir agora sobre uma categoria cara ao marxismo e fundamental para nosso projeto de explicar como funciona o conhecimento: a noção de “totalidade” e sua importância para entendermos como podemos pensar a realidade enquanto cognoscível. Karel Kosik, tentando compreender, em conjunto com Agnes

Heller, o fenômeno da alienação (a *práxis* fetichizada), escreveu sobre o pensamento dialético, demonstrando as formas de compreensão da realidade disponíveis ao homem.

Segundo Kosik, há dois modos distintos de compreensão da realidade: primeiro, a realidade como totalidade concreta, ou seja, um todo estruturado em curso de desenvolvimento e autocriação; e segundo, a realidade enquanto conjunto de todos os fatos, sendo, portanto, incognoscível, já que não podemos atingir todos os aspectos/propriedades/relações de todas as coisas. Para Kosik, a “totalidade” não significa todos os fatos, mas a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjunto de fatos) podem vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1976, p.11- 64). A categoria de totalidade, elaborada na filosofia clássica alemã, é um dos conceitos centrais de distinção da dialética diante da metafísica e do empirismo, segundo Kosik (distinção ignorada por Munslow). Em Lukács, a totalidade significa que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está em relação com cada elemento, e que tais relações formam correlações concretas (CARVALHO, 2008, p. 51).

Assim, para Kosik, a “dialética da totalidade concreta” não é um método para captar todos os aspectos da realidade, mas uma *teoria* sobre a realidade e do conhecimento que se tem dela enquanto tal (a gnosiologia). Partindo-se, portanto, de uma concepção da realidade como algo concreto, um todo que possui estrutura própria, que se desenvolve e muda, resultam conclusões metodológicas que se convertem em base heurística e princípio epistemológico para apreensão de seções tematizadas da realidade.

No caso específico da categoria de totalidade como constituindo o real, segundo Carvalho, para usamos tal categoria, devemos empreender um trajeto filosófico básico, reconhecendo os seguintes elementos. Primeiro, conhecer as partes e o todo de algo implica reciprocidade/dependência entre ambos (que determinam-se mutuamente). Segundo, toda totalidade é formada por relações simples, entre as quais algumas mais fundamentais que outras, que devem ser reconhecidas para fazermos a reconstituição abstrata do todo. Terceiro, não precisamos nunca percorrer uma lista com todas as partes do todo e suas relações, já que trata-se de compreender sua lógica, aquilo que preside sua conexão (e não todos os fatos da realidade, como demonstrou Kosik). Quarto, somente no final do processo chegamos à totalidade, quando a totalidade e cada parte estão completas, embora mesmo antes desse estágio a essência da coisa já pode manifestar-se.

Quinto, o papel fundante da contradição nas conexões da totalidade: conexões que implicam antagonismos ou contradições sendo as mais decisivas na definição do caráter da coisa e na eclosão de momentos de unidade e ruptura das totalidades em geral (CARVALHO, 2008, p. 53-55).

Para conhecer a realidade, portanto, é necessário um esforço, um desvio, ou nas palavras de Heller, a homogeneização das atividades do indivíduo conhecedor. É exatamente a superação da atividade utilitária (ou “práxis utilitária” para Kosik) que pode nos facultar a distinção entre o mundo da aparência e o mundo da realidade, expresso através dos conceitos. Em uma palavra, a realidade é a unidade entre fenômeno (aparente) e essência. Como se vê, Heller e Kosik compartilham a avaliação de que para se conhecer a realidade é necessário romper com os fenômenos regulares, imediatos, evidentes, não essenciais, que são para um as ultrageneralizações da vida cotidiana e para outro o “mundo da pseudoconcreticidade”. Afinal, nesse mundo da pseudoconcreticidade (ou da vida cotidiana), o aspecto fenomênico da coisa é considerado como a essência mesma.

Aqui, a importância do conhecimento teórico se revigora pela conclusão de que o esforço de conhecer requer que, antes de iniciar a investigação, o homem possua a consciência de que existe algo definido como a essência ou estrutura da coisa, e de que existe uma verdade oculta da coisa, distinta dos fenômenos imediatamente manifestos<sup>24</sup>. Assim, o conhecimento é a decomposição do todo: o conceito (abstração homogênea) tem o significado de método que decompõe o todo para poder produzir mentalmente a estrutura da coisa, e portanto compreendê-la. O processo de conhecimento se realiza através da separação do fenomênico (aparente) e da essência. Esse desvio ou esforço para se chegar à verdade sobre a coisa deve ser realizado pois as coisas nunca se mostram diretamente tal e qual são, e o homem não tem a faculdade de ver as coisas diretamente em sua essência. Somente a partir da abstração, tematização e projeção, é que podemos isolar determinados aspectos ou esferas do mundo real.

Para tornar a descrição desse percurso mais clara, recorro novamente ao texto de Edmilson de Carvalho. Aqui observamos que a hierarquia do conhecer se constitui nos seguintes passos: 1) sensação (sentidos); 2) percepção; 3) representação. As

---

<sup>24</sup> Como já vimos com Heller, a vida cotidiana não precisa de mediações: a unidade de pensamento e ação é imediata.

representações por sua vez podem ser imagens de objetos percebidos, conceitos úteis para a vida cotidiana e ainda – e mais importante para nossa reflexão – *conceitos* (empíricos, ideológicos ou científicos). Como já vimos, o conceito empírico é aquele juízo ou ultrageneralização necessário para a vida cotidiana, mas insuficiente para explicar o funcionamento completo das coisas (CARVALHO, 2008, p. 24-26). A função do conceito científico é produzir um resumo das regularidades do objeto estudado. Sua função no pensamento abstrato é pois auxiliar na mediação da relação do sujeito conhecedor com as regularidades estruturais do objeto do conhecimento, a relação entre suas partes, entre suas manifestações aparentes e obscuras mas essenciais. Em uma palavra, “o conceito é a chave da descoberta da essência que reside no ser”, mas que está envolta pelo fenomênico (CARVALHO, 2008, p. 74).

A seguir, a síntese teórica é o resultado do real, através do seguinte percurso: 1) partindo do real (uma síntese de determinações), devemos chegar ao pensamento (através da redução da plenitude do real a determinações abstratas, como os conceitos, categorias e teorias); 2) de posse desse abstrato, deve representar (via mediações) o real concreto no pensamento e cotejá-lo novamente com o real. Em resumo, parte-se do concreto rumo ao abstrato, para depois fazer o caminho de volta do abstrato ao concreto. Nesse percurso, a empiria e a lógica teórica devem sempre estar amarradas para que o conhecimento seja válido e verdadeiro (CARVALHO, 2008, p. 70). Tal percurso é apresentado também por Kosik, para quem desde a imediata representação do todo, chegamos aos conceitos, mediante cuja formulação retornamos ao ponto de partida (o aparente imediato), ao conceito articulado e que nos faculta a compreensão da realidade.

Embora n’A *lógica da história* E. P. Thompson esteja discutindo propriamente as características metodológicas do conhecimento histórico, sua reflexão sobre o papel da teoria nos ajuda a compreender essa forma de conhecimento mediado. Como assevera, cada noção ou conceito usado na teoria provém do engajamento empírico do historiador. E qualquer que seja o procedimento abstrato realizado, deve ser novamente cotejado com as propriedades da evidência. Em resumo, o “tribunal histórico” possui sempre duas formas: a) da evidência e; b) da teoria (coerência, adequação, consistência dos conceitos, congruência do conhecimento de disciplinas adjacentes). Novamente, os conceitos são levados às evidências não como modelos, mas expectativas a serem confirmadas ou refutadas (THOMPSON, E. P., 2008, p. 37-50).

### *Conclusões*

Alun Munslow possui o mérito de sintetizar diversas questões dispersas em inúmeros debates travados pelos historiadores nos últimos anos. Tal empreendimento é fundamental, especialmente para os historiadores jovens (como é meu caso), que em geral possuem maior dificuldade em entender de que lugar provém e quais são os argumentos contrários ao que imaginávamos ser a feitura correta da história. Em todo caso, tal esclarecimento ainda parece limitado, na medida em que a “proposta desconstrucionista” diante da crítica da objetividade do conhecimento histórico (especialmente em sua vertente empirista) parece nos levar a um ponto que não garante a diferença entre este tipo de conhecimento e outros saberes (como a vida cotidiana, a ficção).

Em resumo, a história perde a sua lógica. A lógica que Thompson afirmou com propriedade: seu discurso de particular de prova; a observação da evidência de causalidades necessárias; a avaliação do papel das contingências não lógicas pressionando processos sociais; o estudo dos fenômenos no tempo, dos quais as evidências só fazem sentido em um contexto, com conceitos transitórios e provisórios; finalmente, os passos metodológicos básicos para eliminarmos os procedimentos autoconfirmatórios (como a “ilustração”).

Esse é nosso “discurso” da prova. Um diálogo constante entre conceitos e evidências. Nossa “corte de apelação” não é a evidência em si, (como querem fazer os empiristas contra quem a história desconstrucionista parece se voltar), mas a evidência por nós, munidos de conceitos mediadores de nossa subjetividade sempre presente, devidamente interrogada (THOMPSON, E. P., 2008, p. 37-39).

Nesse ponto, o papel da teoria é fundamental, inclusive para evitar o “imposicionalismo” ideológico ou narrativo do historiador. A proposta do materialismo histórico, ao apresentar a realidade como uma totalidade estruturada, da qual, seguindo uma série de procedimentos e pressupostos teóricos, podemos nos aproximar, colocando em suspenso nossa subjetividade, também funciona na crítica ao empirismo. Mas vai evidentemente de encontro à proposta desconstrucionista em seu traço relativista fundamental. Como vimos no “teste” do debate sobre o Holocausto em 1990, nem Hayden White conseguir manter seu princípio teórico da primazia da narrativa do historiador sobre o passado (EVANS, 2000, p. 117-143). Como afirma Richard Evans, mesmo com

todos os percalços, o método histórico ainda é o de Ranke, apesar das diversas teorias (EVANS, 2000, p. 142).

### *Referências bibliográficas*

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARVALHO, Edmilson. *A produção dialética do conhecimento*. São Paulo: Xamã, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. Do ângulo do marxismo: comentários ao ensaio “o novo movimento teórico” de Jeffrey C. Alexander. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 4, vol. 2, jun. 1987.

EVANS, Richard. Fontes e discursos. In: *Em defesa da história*. Lisboa: Temas e Debate, 2000

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MALERBA, Jurandir. A história e os discursos: notas derradeiras sobre o realismo histórico. Texto da conferência proferida no *I Colóquio de História da Historiografia e Teoria da História*. UFJF, ago. 2006.

MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, E. P. *The poverty of theory and other essays*. Monthly Review Press, 2008.